

A construção de moradias flutuantes e o direito a cidade em Tapauá-Am

The construction of floating houses and the right to city in Tapauá-Am Ingles

Arlan Justino Frota – UFAM¹

arlan.jf@hotmail.com

Jose Aldemir de Oliveira - UFAM²

jaldemir2013@gmail.com

Resumo:

O presente trabalho busca mostrar a realidade de uma pequena cidade na Amazônia chamada Tapauá, localizada na calha do Purus ao sul do Estado do Amazonas. A cidade apresenta uma especificidade relacionada à questão habitacional, um Bairro Flutuante no espaço urbano, em que a população do bairro busca mecanismos de resistência para continuar vivendo no rio e ao mesmo tempo na cidade a partir do conhecimento local que comporta dimensões e formas pretéritas de se relacionar com a natureza, destacando a construção de moradias flutuantes, na busca pelo direito a cidade em Tapauá.

Palavras Chaves: Tapauá, Bairro Flutuante, Moradia.

Abstract:

The present work seeks to show the reality of a small town in the Amazon called Tapauá, located in the channel of the Purus to the south of the State of Amazonas. The city presents a specificity related to the housing issue, a Floating Neighborhood in urban space, where the population of the neighborhood seeks mechanisms of resistance to continue living in the river and at the same time in the city from the local knowledge that entails dimensions and past forms of To relate to nature, highlighting the construction of floating houses, in the search for the right to the city in Tapauá.

Key Words: Tapauá, Floating Neighborhood, House.

INTRODUÇÃO

Algumas cidades do Estado do Amazonas, ainda hoje permanecem desconhecidas pela ciência como também pela própria população do Estado, principalmente as localizadas nas calhas dos rios Purus e Juruá. São cidades distantes da fronteira de expansão agrícola da Amazônia e dos projetos de desenvolvimento econômico. Isto não quer dizer que elas são menos importantes, do ponto de vista econômico ou político, mas são lugares que pulsam modos de vida

¹ Mestrando pelo Programa de Pós Graduação em Geografia da Universidade Federal do Amazonas e Pesquisador do NEPECAB.

² Professor Titular do Departamento de Geografia da Universidade Federal do Amazonas e do Programa de Pós Graduação em Geografia. Líder do NEPECAB.

A construção de moradias flutuantes e o direito a cidade em Tapauá-Am

que diferem muito do padrão caracterizado como urbano, pois a vida está ligada ao rio e a floresta (OLIVEIRA, 2004, p.1), por isso merecem uma atenção especial.

Diante destes argumentos, justifica-se a importância neste trabalho em mostrar a realidade de uma pequena cidade localizada na calha do Purus ao Sul do Estado do Amazonas (ver figura 1), em que parte da população oriunda do campo, busca pelo direito a cidade e tem na moradia flutuante a forma de resistência e de permanência encontrada, na formação de um bairro flutuante, concentrado na “frente” da cidade de Tapauá, produzindo espacialidades a partir da sociedade que vive no rio e ao mesmo tempo na cidade. Segundo Roberto Lobato Corrêa:

A espacialidade é um atributo da ação da natureza e da ação humana, manifestando-se primeiramente via diferenciação espacial de processos e formas naturais e socialmente produzidos. A espacialidade exibem, por outro lado, temporalidades diversas graças à permanência de processos e formas criadas no passado. Como processo, a segregação residencial exibe uma complexa espacialidade, associada à existência e reprodução dos diversos grupos sociais que vivem na cidade (CORRÊA, 2013, p.44).

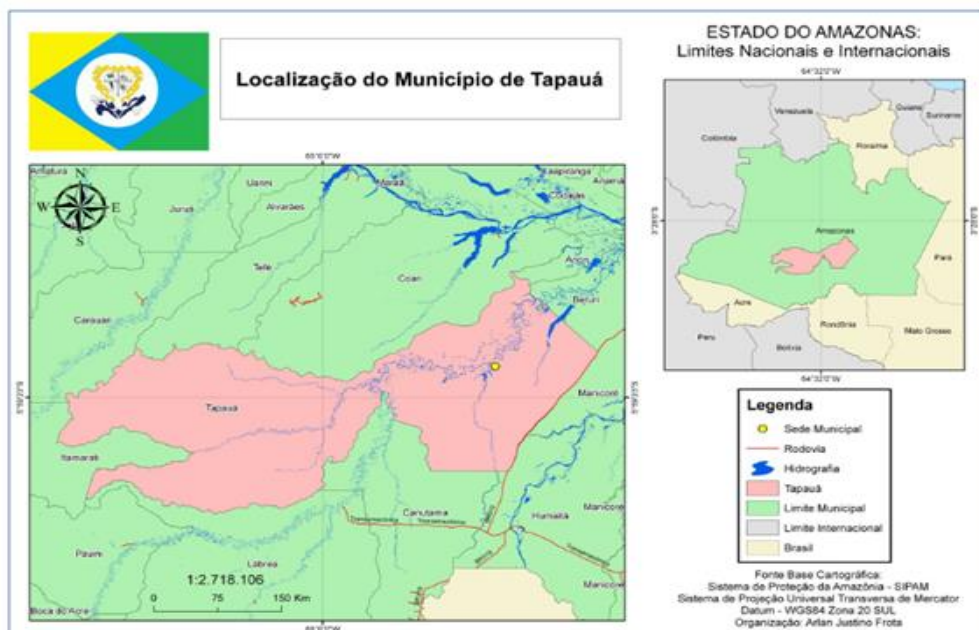


Figura 1: Mapa de Localização do Município de Tapauá. Fonte: Base Cartográfica: Sistema de Proteção da Amazônia -SIPAM

Diante das estratégias de permanência e de resistência pelo direito a cidade, este estudo objetiva demonstrar como é feita a construção de casas flutuantes em Tapauá, prática que não está ligada totalmente aos valores de troca da cidade, pois a maioria dos materiais construtivos são advindos da floresta, retirado pelos próprios

moradores que sabem como encontrá-lo, possibilitando o direito a casa própria pelo baixo custo da construção e recorrendo assim o mínimo possível ao mercado da construção civil da cidade.

MATERIAIS E MÉTODOS

Este trabalho tem caráter descritivo e discursivo, apresenta dados do estudo de caso no Bairro Flutuante em Tapauá, onde foi acompanhada a construção de uma habitação flutuante, do estágio inicial ao final, realizada nos meses de Agosto a Setembro de 2016, para compreender como são feitas as estratégias de permanência e resistência desses moradores na cidade e as técnicas usadas na construção de flutuantes. Foram feitas entrevistas informais com dois moradores que estavam iniciando a construção, e visitas diárias, com registro de imagens fotográficas e anotações em caderneta de campo.

Para a compreensão da temática e melhor discussão, fez-se um aprofundamento da literatura relacionada aos estudos das Moradias nas cidades e em especial na Amazônia, com ênfase para a moradia flutuante.

RESULTADOS E DISCUSSÕES

No texto clássico de Friedrich Engels sobre a questão da moradia, o autor analisa as transformações do cenário urbano e econômico da Europa frente ao avanço da grande indústria capitalista, como o processo indutor das transformações no campo e na cidade, convertendo o camponês que até então era preso a sua terra em um proletário sem posses, que se vê obrigado a migrar para as cidades, impulsionados pela oferta de emprego nas indústrias, se tornando mão de obra barata, e agravando nas más condições da classe trabalhadora.

Friedrich Engels (2015, p.29 e 30) na segunda metade do século XIX chega à uma conclusão que ainda é bastante atual para solução da crise da moradia, atestando que só seria possível se o trabalhador assalariado pudesse ser capaz de ter a sua própria propriedade de habitação. Parece utópico, pois para o autor a solução não poderia ser realizada aos moldes do sistema capitalista implantado, que (re) cria a crise da moradia nas cidades, nas más condições e a impossibilidade de

todos obterem a casa própria, ou seja, para superá-la, o trabalhador teria que ter as condições (renda) para a compra da sua moradia, porém, nem todas as classes sociais detêm de poder aquisitivo. Seja como for,

De alguma maneira é preciso morar. No campo, na pequena cidade, na metrópole, morar como vestir, alimentar, é uma das necessidades básicas dos indivíduos. Historicamente mudam as características da habitação, no entanto é sempre preciso morar, pois não é possível viver sem ocupar um espaço (RODRIGUES, 1977, p.11).

Na cidade as condições de reprodução são opostas aos trabalhadores do campo, pois precisam pagar, não só pela moradia, mas por tudo que envolve a cidade. É uma relação entre o salário e habitação, entre os bens e serviços disponíveis na cidade, que não são para todos. Portanto é uma tríade ligado ao urbano a habitação e as diferenças de classe.

Segundo Carlos (2013, p. 101) o processo de urbanização expulsa e segrega parcela significativa da sociedade sem acesso ao solo, haja vista que o uso da cidade como suposto primeiro da realização da vida, se inverte sobre a lógica capitalista que se impõe, já que na produção do espaço urbano, ao ser submetido aos valores de troca, o acesso se realiza, necessariamente, por meio do mercado, em que a capacidade de compra se sobrepõe aos valores de uso da cidade.

Morar em uma pequena cidade na Amazônia apresenta especificidades próprias do lugar, a floresta e os rios fazem parte da cidade, é o meio natural, mas também é o elo com as comunidades do interior e estes com a cidade, produzindo formas de viver a partir do ritmo que é imposto pela dinâmica da natureza, pois as principais fontes de alimentação e a economia dessas cidades giram em torno de tempos “lentos”, ligada ao extrativismo e agricultura, tais ações impulsionam na criação e uso dos espaços, nas formas de habitação que perpassam tempos pretéritos, materializados na paisagem urbana, carregados de valores simbólicos e culturais.

Na cidade de Tapauá, existe um bairro flutuante, composto por 332 moradias, situado na “frente” da cidade, na margem direita e oposta do rio Ipixuna, afluente que deságua no Purus (ver figura 2). A população do bairro é advinda em sua maioria do interior de Tapauá. As vivências do campo no Município são

A construção de moradias flutuantes e o direito a cidade em Tapauá-Am

compostas por um conteúdo histórico e cultural muito forte, herdado de formas socioespaciais pretéritas que resistem na contemporaneidade em dimensões próprias, presentes no lugar, onde se predominou a habitação flutuante.

Figura 2: Bairro Flutuante em Tapauá - AM



Fonte: Trabalho de Campo, Agosto de 2016

Na habitação ribeirinha, “A casa flutuante assemelha-se às palafitas na escolha dos materiais construtivos, especialmente porque constitui uma solução de moradia em sintonia com as condições naturais” (LENCIONI, 2013, p. 89).

O flutuante é como uma espécie de embarcação, não tem motor à propulsão, mas pode ser deslocado para outros lugares por pequenas embarcações, é um imóvel que é móvel e ao decidir vim para a cidade, o ribeirinho trás consigo não só a moradia, mas também as formas socioespaciais praticadas no campo. No entanto, na cidade,

Para morar é necessário ter capacidade de pagar por esta mercadoria não fracionável, que compreende a terra e a edificação, cujo preço depende

também da localização em relação aos equipamentos coletivos e à infraestrutura existente nas proximidades da casa/ terreno (RODRIGUES, 1997, p.14)

Ao chegar à cidade, o solo pode constituir um obstáculo para a construção da casa (MARICATO, 1997, p. 46), porém o rio não é alcançado pelo estatuto da propriedade privada, além do mais o morador de flutuante não vai precisar construir, pois ele já tem a casa, ancorando seu flutuante nas margens do rio Ipixuna, produzindo espacialidades inerentes às condições do grupo social que ali vive e passa a lutar diariamente pela permanência e pelo direito a cidade, na busca pelo acesso aos serviços que são disponibilizados do outro lado (em terra) da cidade e que a eles passam a fazer parte, pois apesar de se constituir um bairro no rio, são ausentes os serviços, sendo disponibilizada apenas coleta de lixo e distribuição da rede elétrica e em algumas casas rede de abastecimento de água.

Nesse contexto, “[...] é possível entender o “direito a cidade” como uma necessidade prática de superação da contradição valor de uso-valor de troca, que só se resolveria na superação daquilo que funda o capitalismo: a propriedade privada” (CARLOS, 2013, p.108).

O flutuante é uma “construção molhada”, pois está sempre em contato com a água, o que faz com que o processo de deterioração da madeira ocorra de forma mais rápida, desse modo é necessário reparos na moradia no decorrer do tempo de uso. Vejamos como ocorre a construção de um flutuante em Tapauá e quais as estratégias que são utilizadas para a construção da casa, um bem tão caro na cidade, mas que a população dispõe de mecanismos para obtê-lo.

Antes de construir e montar toda a estrutura flutuante da casa deve-se pensar primeiramente, qual será a finalidade do flutuante? Será uma casa, um comércio, se comportará muito peso, ou só moradores. É importante levar em consideração, por que a partir destes questionamentos é que se calculam as quantidades de boias e a espessura da mesma, que serão utilizadas na estrutura, para que depois de pronto o flutuante não venha pelo excesso de peso, parte dele ficar submerso no rio, por que não foi levada em conta a finalidade do imóvel.

As toras utilizadas nesse tipo de habitação é o assacú (árvore *Hura crepitans*), são chamadas popularmente de boias, é o que dá a sustentação a casa,

por que só a partir delas é possível o início da construção. A seringa também flutua, porém se deteriora muito rápido, em contato com a água ela encharca, ficando pesada até o ponto de alagar-se, não sendo propício para esse tipo de habitação, como as boias tem importância primordial na arquitetura ribeirinha, o morador teria que está em um tempo curto, reformando constantemente a casa, se tornando inviável.

O assacú tem um diferencial, em contato com a água ele tende a ser conservado, podendo ser utilizado por mais de 30 anos como boias por que flutuam no rio, construindo a casa sobre elas. A árvore de assacú pode atingir mais de 35 metros de altura, encontradas na beira do rio ou nas várzeas inundadas do Purus.

Na região de Tapauá o assacú tem se tornado cada vez mais difícil de ser encontrado, isto se explica pela grande quantidade de flutuantes localizados nas calhas do rio (comunidades ribeirinhas) e na cidade. Quem encontra o assacú na floresta, derruba e “guarda” para um uso futuro, para a doação a um filho, para construção de casas e também para a venda, há moradores que complementam a renda com a extração e venda da boia. Na cidade, os preços das boias variam, leva-se em consideração ao comprimento e espessura do tronco, uma boia pode custar entre 1500 até 3500 reais (ver figura 3).

Para a construção de uma casa 11X9 m, seria preciso de 3 boias médias de 1500 reais cada, um valor alto que grande parte da população não teria condições de comprar, diante disto, o morador recorre ao seu conhecimento da floresta e do rio na busca pelas boias tão cobiçadas, assim como as demais madeiras para a construção.

Figura 3: Boias que custam de 3000 a 3500 reais, utilizadas para construção de casas.



Fonte: Trabalho de Campo, Agosto de 2016.

O período de intensa construção e reformas de flutuantes em Tapauá se dá nos meses de Abril e Maio, é quando o rio está cheio e possibilita a maior facilidade do transporte da boia para o local onde vai ser construída a casa. Porém ao longo de todo o ano podem ser encontradas construções só que limitada. Quando se encontra a boia na época de vazante, o morador corta a árvore e ali atribui valor de pertencimento, avisando aos moradores ao redor que “aquela boia” é de propriedade de quem a cortou, e que no período da cheia ele irá recolhê-la. Essa lei é cumprida como um acordo entre as pessoas, mas pode ocorrer à quebra do acordo por terceiros, pela intensa procura, como se ela não fosse de ninguém.

A construção inicia-se geralmente, na margem do rio oposto a cidade, ou no local de fácil acesso, entre os habitat terra e água, onde são depositados todos os materiais retirados da floresta para a edificação do flutuante: as boias, as vigas, as madras, as madeiras para a parede, assoalho e outros (ver figura 4). Aqueles que detêm de moto-serra, realizam o corte das árvores sem precisar do auxílio do

A construção de moradias flutuantes e o direito a cidade em Tapauá-Am

serrador, outros emprestam o moto-serra, ou ajudam por vontade própria, geralmente um “amigo de pesca”, um parente, quando não, o serrador cobra pelo trabalho, os preços variam muito, dependendo das distâncias ou do trabalho que será desenvolvido em um determinado lugar, mesmo assim ainda compensa, pois os valores das mesmas madeiras na cidade, o morador de flutuante não teria condições de comprar.

Figura 4: Processo de serrar a madeira para o início da construção



Fonte: Trabalho de Campo, 2016.

É importante destacar que a população vive com medo de se expor, pois tais práticas são feitas contra as normas ambientais estipuladas no Município que proíbem a retirada de determinadas madeiras. No referido trabalho, não citará os tipos de madeiras que foram utilizados no processo de construção (com exceção do assacú), tampouco os seus construtores.

Segundo os moradores, a parte mais complicada da construção do flutuante é o processo de nivelamento das boias. Nivelar significa deixar alinhadas as boias,

A construção de moradias flutuantes e o direito a cidade em Tapauá-Am

“planifica-las”, para que elas possam receber as vigas (é uma peça de madeira responsável pela sustentação do assoalho, a viga vai transferir o peso de toda a casa para as boias), como nenhuma boia é igual à outra, elas apresentam tamanhos e espessuras diferentes. Precisa-se na construção, fazer o processo de montagem da estrutura das boias, nivelamento e levantamento da casa. Veja a figura 5 a seguir.

Figura 5: Montagem da estrutura das boias, nivelamento e levantamento da casa.



Fonte: Trabalho de campo, Agosto de 2016.

Observe no canto inferior da figura que as boias são diferentes na espessura e tamanho, nesse primeiro momento, alinham-se as três boias no sentido vertical, uma do lado da outra, posicionando-as, da parte mais “grossa” do tronco do assacú para a parte mais “fina”, de modo que possa haver um padrão entre as boias, de um extremo a outro, mesmo que seja de forma heterogênea.

Para que possam ser colocadas as 3 vigas que vão dar a sustentação ao assoalho é necessário a priori nivelar as boias, ou seja, na expressão popular dos

A construção de moradias flutuantes e o direito a cidade em Tapauá-Am

moradores, “nós temos que cavar pequenos buracos com machado nas boias para que o encaixe das três peças de madeira (viga) fiquem plano” no sentido latitudinal.

O processo é realizado manualmente, em que se medem as distâncias, até achar um ponto favorável para as três boias, necessita da ajuda de duas ou mais pessoas, pois só uma não conseguiria montar a estrutura necessária para o nivelamento.

A partir do encaixe da primeira viga, cria-se uma estabilidade, prendendo assim as três boias e facilitando o andamento do encaixe das demais vigas. Essa tarefa se torna difícil quando o rio está agitado, pois dificulta o nivelamento, procura-se um horário em que não tenha muito tráfego de embarcações para facilitar o trabalho.

A montagem da viga ocorre primeiramente nas boias de menor espessura para as de maior. A escolha de um ponto se dá pelo método de comparação do construtor, sabe-se que do lado oposto, de maior espessura, necessitará cavar mais para que as três vigas apresentem as mesmas dimensões latitudinais, formando a base da construção.

Como é um trabalho muito manual são constantes os erros, quando não apresentam o padrão plano como esperado das vigas, o construtor para corrigir o problema, coloca pedaços de madeira no fundo dos cortes para tentar equilibrar e planificar horizontalmente a viga que esteja atrapalhando o alinhamento. (ver figura 6)

Figura 6: Na correção das vigas, pedaços de madeira são colocadas de baixo.



Fonte: Trabalho de Campo, Agosto de 2016.

A construção de moradias flutuantes e o direito a cidade em Tapauá-Am

Depois de todo o processo as vigas são pregadas. A estrutura montada precisa ficar bastante firme, pois como o flutuante é uma casa que está em constante movimentação, pela própria dinâmica natural do rio, as oscilações tendem a “testar a casa”, caso a estrutura não tenha sido montada de maneira correta, não apresentando uma rigidez, a casa tende a tombar para um lado, oriundo do desequilíbrio das vigas.

Segundo os moradores, isso é muito comum acontecer com construtores inexperientes, por outro lado, mesmo que tenham sido realizados todos os processos de modo correto, o flutuante tende a ter a sua estrutura desestabilizada pelo simples fato de morar, é como se a “casa ficasse torta” com o tempo, necessitando de reparo. Em torno de 15 anos a moradia já apresenta indícios do problema.

Depois de toda montagem da estrutura, observe na figura 5, que as vigas estão “próximas do contato com o rio”, mas que a partir dali já poderia ser montado o assoalho, porém com a oscilação do rio, o mesmo estaria sempre molhado. Para resolver esse problema, a solução encontrada é elevar o assoalho para que a água não chegue até ele.

Para isso, são colocados no sentido longitudinal os sistemas de madra. A madra é como se fosse uma espécie de viga, que vai elevar a estrutura onde será montando o assoalho da casa, sendo necessários de 3 a 4 madras. Depois dessas etapas o processo da construção é o mesmo de uma casa em terra. Um flutuante leva em média de 15 a 20 dias para a montagem da estrutura e levantamento da casa, conforme a imagem a seguir, nos mostra as etapas da construção.

Figura 7: Etapas da construção do flutuante





Fonte: Trabalho de campo, Agosto e Setembro de 2016.

O flutuante é uma construção dinâmica, pode iniciar em um local e terminar em outro, tem as suas vantagens por fazer frente à dinâmica dos rios e desvantagens, por ser uma “moradia molhada”, ela tende a se deteriorar mais rápido do que uma casa em terra, mesmo que o flutuante tenha sido construído com madeiras tidas como de boa qualidade, em torno de 15 anos ele precisa de reformas como já referido, por isso é comum encontrar flutuantes que parecem que nunca vão ser terminados na cidade, pois estão em um processo de continua (re) construção. Aqueles que não provêm dos meios para conseguir os materiais construtivos, se observa a moradia flutuante envelhecida. Na cidade a crise da moradia ocorre, assim como no bairro flutuante, pois ela não só diz respeito a ter acesso à casa própria, mas a todos os serviços essenciais para a qualidade de vida da população.

O que nos interessa demonstrar são os mecanismos utilizados pela população para o direito a moradia, porém de qualquer modo, recorre-se em algum momento ao mercado da construção na cidade, para a compra do alumínio, pregos e outros materiais construtivos que o morador não é capaz de extrair da floresta e produzir. Mas ele resiste até chegar a esse ponto, antes, reutilizam alumínios, pregos que podem ser reutilizados. A mão de obra construtiva é descartada. Se caso o morador fosse pagar um carpinteiro na cidade, teria que desembolsar 7000 reais (valor da empreitada) para a construção do flutuante que foi exposto.

Ao observar como é feita a construção, o morador do bairro flutuante, passa a aprender fazendo, às vezes o flutuante não sai muito certo, mas a partir da segunda ou terceira tentativa ele já é capaz de construir, já domina a técnica.

É o espaço vivido, que cria as condições de permanência na cidade, pois o mesmo flutuante que foi exposto no trabalho, com as mesmas medidas estaria custando em Tapauá, entre 19 a 25 mil reais, segundo os construtores entrevistados, um valor inacessível para os moradores do bairro flutuante.

Diante do que foi exposto, os moradores conseguem romper em parte com a rede comercial da construção na cidade, onde os valores de uso prevalecem perante os de troca, pois os rios e a floresta possibilitam a criação de obras, ou melhor, dizendo, flutuantes, reafirmando o direito de permanecer na cidade, uma luta diária pelo seu sustento e resistência, tendo nas formas socioespaciais pretéritas advindas do campo os mecanismos de defesa, contra tudo aquilo que é negado na cidade, e vê nas “brechas”, a possibilidade de formação do bairro flutuante, haja vista que o rio e a floresta são componentes inter-relacionados com a cidade.

Sendo assim, o morador de flutuante trás a cidade para perto, por que reside nessa mediação campo e cidade, agora mais cidade do que campo, pois a atuação sociedade versus natureza produz as espacialidades encontradas, o bairro flutuante de Tapauá, uma pequena Veneza em pleno Purus.

CONCLUSÃO

Compreender o Bairro flutuante é identificar as transformações e permanências do espaço urbano de uma cidade ribeirinha a partir do que ela é e representa para a população. É muito mais do que uma paisagem, é compreendê-lo enquanto paisagem urbana identificando os sujeitos, as suas vontades, os anseios, as modificações que visem melhorias para a população. É compreender o direito a cidade, que não é apenas ter acesso a terra, a moradia, ao trabalho, aos serviços e equipamentos coletivos, “(...) é um direito mais coletivo do que individual, uma vez que reinventar a cidade depende inevitavelmente do exercício de um poder coletivo sobre o processo de urbanização (...)” (HARVEY, 2014, p. 28).

O direito a cidade em Tapauá é um grito de socorro que ecoa pelo ar, mas nem sempre é ouvido, e a moradia flutuante serve para nos chamar a atenção de que algo está errado, como um grito de socorro, pois ninguém migra de um lugar para outro sem nenhum motivo. Seja no campo ou na cidade, criam-se

espacialidades inerentes a população que ali vive. Não cabe nesse momento dizer o que vem a ser certo ou errado, sobre o bairro flutuante, apenas destacar que ali pulsam modos de vida diferenciados de uma cidade e que esse conhecimento que agrega dimensões pretéritas, vinculadas a cultura local, tem propiciado a (re) produção do bairro flutuante a partir de estratégias de permanência na cidade como a que foi exposta neste trabalho.

REFERÊNCIAS

- CARLOS, Ana Fani Alessandri. A Prática espacial urbana como segregação e o “direito a cidade” como horizonte utópico. In: VASCONCELOS, Pedro de Almeida; CORRÊA, Roberto Lobato; PINTAUDI, Silvana Maria. *A cidade contemporânea: segregação espacial*. São Paulo: Contexto, 2013. p. 95 – 110.
- CORRÊA, Roberto Lobato. Segregação Residencial: classes sociais e espaço urbano. In: VASCONCELOS, Pedro de Almeida; CORRÊA, Roberto Lobato; PINTAUDI, Silvana Maria. *A cidade contemporânea: segregação espacial*. São Paulo: Contexto, 2013. p. 39- 59.
- ENGELS, Friedrich, 1820 – 1895. *Sobre a questão da moradia*; tradução Nélcio Schneider. 1 ed. São Paulo: Boitempo, 2015. 158 p.
- HARVEY, David - *Cidades rebeldes: do direito à cidade à revolução urbana*. São Paulo: Martins Fontes, 2014.
- LENCIONI, Sandra. *Casas do Brasil 2013, habitação ribeirinha na Amazônia*. São Paulo: McB, 2013. 171 p.
- MARICATO, Ermínia. *Habitação e cidade*. São Paulo: Editora atual, 1997. 79 p.
- OLIVEIRA, José Aldemir de. A cultura nas (das) pequenas cidades da Amazônia Brasileira. In *Anais VIII Congresso Luso-Afro-Brasileiro de Ciências Sociais Coimbra*. Setembro, 2004.
- RODRIGUES, Arlete Moysés. *Moradias nas cidades brasileiras*. São Paulo: Contexto, 1997. 72 p.

Artigo recebido em 15 de novembro de 2016
Avaliado em 02 de abril de 2017
Aceito em 10 de abril de 2017
Publicado em 15 de maio de 2017